



**ANA PAULA RUBERT
LAYANNE ANUNCIAÇÃO MACHADO**

**MONITORAMENTO DO CRÉDITO COMO FERRAMENTA DE MITIGAÇÃO DE
RISCO EM UMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**

**Ji-Paraná
2023**

**ANA PAULA RUBERT
LAYANNE ANUNCIAÇÃO MACHADO**

**MONITORAMENTO DO CRÉDITO COMO FERRAMENTA DE MITIGAÇÃO DE
RISCO EM UMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**

Artigo Científico apresentado no curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná 2023, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Esp. Elias Caetano da Silva.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

R895f Rubert, Ana Paula.

Monitoramento do crédito como ferramenta de mitigação de risco em uma distribuidora de produtos agropecuários no município de Ji-Paraná/RO. / Ana Paula Rubert; Layanne Anunciação Machado. – Ji-Paraná, 2023.

31 p.; il.

Artigo Científico (Curso de Ciências Contábeis) – Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, 2023.

Orientador: Prof. Esp. Elias Caetano da Silva.

1. Contabilidade Gerencial. 2. Crédito. 3. Monitoramento. 4. Mitigação. I. Machado, Layanne Anunciação. II. Silva, Elias Caetano da. III. Título.

CDU 657.05(811.1)

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**ATA Nº 019/2023/2 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS**

Aos 08 (oito) dias do mês de dezembro de 2023, às 19:00 horas, reuniram-se em Banca, sob presidência do primeiro, o Professor Elias Caetano da Silva, Orientador, e os Professores: Danstin Nascimento Lima e Neivaldo Rodrigues dos Santos, avaliadores, para comporem Banca Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **"MONITORAMENTO DO CRÉDITO COMO FERRAMENTA DE MITIGAÇÃO DE RISCO EM UMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RO"**, de autoria das alunas **ANA PAULARUBERT E LAYANNE ANUNCIAÇÃO MACHADO**. Após arguições e apreciação sobre o trabalho, foi atribuída nota 100, considerando-se ~~X~~ APROVADAS - () REPROVADAS, com as seguintes NOTAS parciais:

- a. Avaliação escrita: Média 100
b. Avaliação oral (defesa): Média 100
c. Média final: 100

Ji-Paraná, 08 de dezembro 2023.

Ana Paula Rubert
Ana Paula Rubert
Orientanda

Layanne Anunciação Machado
Layanne Anunciação Machado
Orientanda

Elias Caetano da Silva
Elias Caetano da Silva
Orientador

MONITORAMENTO DO CRÉDITO COMO FERRAMENTA DE MITIGAÇÃO DE RISCO EM UMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO¹

ANA PAULA RUBERT²
LAYANNE ANUNCIÇÃO MACHADO³

RESUMO:

A contabilidade é definida como a ciência social que estuda o patrimônio, com o objetivo de registrar, controlar e divulgar os fenômenos econômicos que afetam as entidades. Contribui também, como fonte de informações para os mais diversos usuários das informações contábeis, com relevância a tomada de decisão à medida que é neutra e livre de erros. Utiliza uma série de procedimentos para registrar os fatos patrimoniais, a escrituração, a qual consiste no registro de forma sistemática dos acontecimentos incorridos, as demonstrações contábeis, que são uma exibição estruturada da situação patrimonial da empresa em dado período, a auditoria, por meio do qual busca-se testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial e a análise das demonstrações contábeis, compreendida como a técnica que analisa a variação da riqueza através de comparações e índices econômicos. Abrange como ramificação da área, a contabilidade gerencial, a qual deriva-se a proposta desta pesquisa no que concerne aos procedimentos de controle de crédito na carteira de clientes da distribuidora de insumos agropecuários do município de Ji-Paraná-RO. A pesquisa tem por finalidade aplicada, pela qual objetiva-se avaliar os reflexos nos indicadores de inadimplência da distribuidora, por meio da aplicação do monitoramento do crédito, como ferramenta de mitigação de riscos e controle interno dos limites de crédito. Classifica-se a pesquisa, no tocante a seu objetivo como exploratória que dar-se-á de forma qualitativa e quantitativa afim de avaliar e interpretar os indicadores de inadimplência da entidade. Para tal, a pesquisa será desenvolvida pelo método bibliográfico por meio de material já publicado, para fundamentação teórica da coleta de dados, que se dará por intermédio da consulta de documentos apresentados pela empresa e, a forma clássica de relatório. Á vista dos resultados alcançados, infere-se que a indagação da pesquisa foi respondida e a hipótese confirmada, o acompanhamento da carteira no pós crédito é ferramenta suficiente e necessário para identificar antecipadamente os sinais que alertam sobre a possibilidade de inadimplência, reclassificação do crédito e, por conseguinte, a mitigação de riscos.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial, Crédito, Riscos, Monitoramento, Mitigação.

CREDIT MONITORING AS A RISK MITIGATION TOOL IN AN AGRICULTURAL PRODUCTS DISTRIBUTOR IN THE MUNICIPALITY OF JI-PARANÁ/RO

ABSTRACT:

Accounting is defined as the social science that studies heritage, with the objective of recording, controlling and disclosing economic phenomena that affect entities. It also contributes as a source of information for the most diverse users of accounting information, with relevance to decision-making as it is neutral and error-free. It uses a series of procedures to record asset facts, bookkeeping, which consists of systematically recording events incurred, accounting statements, which are a structured

¹ Artigo apresentado no curso de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitários São Lucas Ji-Paraná, como Pré-requisito para conclusão do curso, sob orientação do Prof. Esp. Elias Caetano da Silva. E-mail: ecae2012@gmail.com

² Ana Paula Rubert, graduando em Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, 2023. E-mail: ana.rubert@alvoradanet.com.br

³ Layanne Anunciação Machado, graduando em Ciências Contábeis do Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná, 2023. E-mail: layanneedu@gmail.com

display of the company's asset situation in a given period, auditing, through which seeks to test the efficiency and effectiveness of asset control and the analysis of financial statements, understood as the technique that analyzes the variation in wealth through comparisons and economic indices. It covers management accounting as a branch of the area, from which the proposal of this research is derived with regard to credit control procedures in the customer portfolio of the agricultural input distributor in the municipality of Ji-Paraná-RO. The research has an applied purpose, which aims to evaluate the impact on the distributor's default indicators, through the application of credit monitoring, as a risk mitigation tool and internal control of credit limits. The research is classified, in terms of its objective, as exploratory, which will be carried out in a qualitative and quantitative way in order to evaluate and interpret the entity's default indicators. To this end, the research will be developed using the bibliographic method using already published material, for the theoretical basis of data collection, which will be carried out through consultation of documents presented by the company and, in the classic form of a report. In view of the results achieved, it is inferred that the research question was answered and the hypothesis confirmed, post-credit portfolio monitoring is a sufficient and necessary tool to identify in advance the signs that warn about the possibility of default, credit reclassification and, therefore, risk mitigation.

Keywords: Management Accounting, Credit, Risks, Monitoring, Mitigation.

1 INTRODUÇÃO

O crédito é parte integrante do negócio das empresas e pode ser compreendido como a capacidade de se obter dinheiro, produtos ou serviços por intermédio do compromisso de pagamento futuro. Para que o crédito seja concedido, as instituições financeiras e entidades utilizam de artefatos para analisar a viabilidade de liquidez, neste viés tem-se o procedimento de análise de crédito, em que se vale das técnicas de mensuração do risco.

A mensuração do risco de crédito, busca analisar com base em fatores diversificados, a probabilidade e impacto do não cumprimento da obrigação, que vão desde o caráter do pleiteador até o conglomerado, quando este for pessoa física, quando jurídica, dá-se por meio do exame das demonstrações contábeis, que valem-se da aplicação dos indicadores econômicos, espera-se por intermédio deles identificar fatores de insolvência, capacidade econômica, financeira e patrimonial.

Todavia, essa análise representará a situação econômica e financeira das empresas no momento da avaliação. No lapso de vida útil da carteira as empresas estão expostas a riscos externos e internos que deterioram as condições financeiras ocasionando a insolvência da empresa. Diante disso, observa-se a crescente necessidade de identificar antecipadamente estes sinais que alertam sobre a possibilidade de inadimplência.

Ante o exposto, considera-se o tema relevante diante do propósito da pesquisa, pelo qual tem-se como cerne contribuir na identificação antecipada de eventual perda

da capacidade financeira dos clientes, por meio da implementação do procedimento de monitoramento da carteira. Nesse sentido, parte-se para a problemática da pesquisa: o processo de acompanhamento da carteira de clientes no pós crédito, por intermédio de ferramentas dinâmicas é suficiente para reduzir os riscos de inadimplência?

Em consequência da indagação desta pesquisa, levanta-se a hipótese de que o acompanhamento da carteira é ferramenta suficiente e necessária para identificar antecipadamente os sinais que alertam sobre a possibilidade de inadimplência, reclassificação do crédito e, por conseguinte, a mitigação dos riscos.

Dessa maneira, para o alcance dos resultados da pesquisa, a vista da hipótese apresentada, tem-se como objetivo geral, avaliar os reflexos nos indicadores de inadimplência da distribuidora, por meio do monitoramento do crédito como ferramenta de mitigação de risco e como objetivos específicos, definir plano de mitigação para delimitação do apetite e tolerância ao risco do crédito, aplicar o monitoramento do crédito como ferramenta da mitigação de risco do crédito e analisar os limites de crédito por intermédio da reclassificação de risco do crédito.

2 CONTABILIDADE

A Contabilidade é uma ciência social que evolui ao passo que a civilização se desenvolve. Conforme exposto por Ludícibus (2020) a sociedade tem a premência da segurança patrimonial, de forma que seja registrado e interpretado todos os fatos, para que se realize a análise buscando mapear o comportamento do patrimônio da entidade para ajudar na tomada de decisão.

Com isso, pode-se afirmar que o objeto da contabilidade é o estudo do patrimônio, e o objetivo consiste no registro, controle e divulgação dos fenômenos econômicos que afetam o patrimônio das entidades, bem como contribuir para o planejamento estratégico, conforme explicado por Araújo (2009, p. 9) “a contabilidade segundo alguns doutrinadores, é a ciência que estuda o patrimônio de um ente” o autor pontua que em um entendimento mais amplo, pode definir-se como: “(...)método especialmente concebido para selecionar, registrar, resumir, interpretar e divulgar os fatos que afetam o patrimônio de qualquer entidade”.

O profissional que pode exercer a aplicação da contabilidade é o Contador ou o Técnico em Contabilidade, ambos denominados como profissionais contábeis. Para

exercício da profissão é necessário a aprovação no exame de suficiência e ter registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Marion (2022) destaca que tanto o técnico em contabilidade quanto o contador podem ser encarregados pela contabilidade da entidade, mas o contador exerce algumas atividades que não competem aos técnicos como Auditoria e Perícia Contábil.

2.1 AS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA ÚTIL

No princípio, as características qualitativas foram originadas com a necessidade de tornar a informação contábil útil, seja para tomada de decisões dos usuários internos ou para que a empresa pudesse se tornar atrativa a investidores, que são os usuários externos da informação. Nesse contexto, Martins (2020, p. 12) complementa acerca das características da informação contábil, e destaca critérios a serem considerados: “Para a informação financeira ser útil, ela deve ser relevante, na medida em que faz a diferença na decisão do usuário”, a fim de que isso ocorra o autor tipifica:

Para que isso aconteça, a informação deve ter valor preditivo e valor confirmatório, baseado na natureza ou magnitude, ou ambos. É necessário que ela represente fielmente o que pretende representar, com ingredientes que lhe proporcionem uma informação completa, neutra e livre de erros. (MARTINS, 2020, p 12)

Isto posto, Flores et al. (2017) discorre que essas características dizem respeito a qualidades concernentes à classificação do usuário, tais como a inteligibilidade ou compreensibilidade da informação e sobre as decisões que os usuários devem tomar baseadas na relevância e na materialidade. A NBC TG Estrutura Conceitual complementa ao dizer que para a informação ser útil em alguns casos, precisa ser encontrado o ponto de equilíbrio entre as características qualitativas fundamentais. (CFC, 2019).

Segundo Jr e Begalli (2015) os usuários das informações contábeis são divididos em dois grandes grupos, os usuários internos que são profissionais que fazem parte da administração da entidade e via de regra tomam decisões utilizando o subsidio de informações contábeis. Do outro lado, os usuários externos, que está relacionado com os investidores, credores, o próprio governo, e qualquer outro usuário

que tenha interesse em conhecer a robustez da empresa em capacidade de pagamento e geração de lucros.

2.2 TÉCNICAS CONTÁBEIS

As técnicas contábeis consistem em um conjunto de procedimentos adotados para registrar ou levantar os fatos patrimoniais, de acordo com Araújo (2009) estas são as técnicas habitualmente utilizadas pelos autores: escrituração, demonstrações contábeis, auditoria e análise das demonstrações contábeis.

2.2.1 Escrituração

Todo o controle contábil da organização inicia-se com a escrituração dos fatos, conforme Ribeiro (2013, p. 23) elucida: “Escrituração é uma técnica contábil que consiste em registrar nos livros próprios (Diário, Razão, Caixa etc.) todos os acontecimentos que ocorrem na empresa e que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial.” Compreende-se, portanto, que a escrituração consiste em registrar de forma sistemática os acontecimentos incorridos.

De acordo com Henrique (2016, p. 14), existe obrigatoriedades quanto a escrituração:

A escrituração contábil, também denominada contabilidade, é obrigatória para todas as entidades, com exceção do Microempreendedor Individual (MEI), e sua execução deve estar sob responsabilidade de um profissional da área contábil.

No que tange o exposto, a norma brasileira de contabilidade ITG 2000 (R1) traz importantes diretrizes e procedimentos quanto a escrituração contábil, de forma que seja realizada com observância aos princípios de contabilidade, ressalta ainda que “o detalhamento dos registros contábeis é diretamente proporcional à complexidade das operações da entidade e dos requisitos de informação a ela aplicáveis”. (CFC, 2014, p. 1).

Acrescenta-se ao entendimento que a ITG traz, que os registros contábeis e sua natureza de detalhamento deve considerar as necessidades dos usuários das

informações a quem se destina os registros, seja para tomada de decisões, para torná-la atrativa aos investidores, ou simplesmente para cumprimento de legislações.

2.2.2 Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis conforme definição da NBC TG 26(R5), são uma exibição estruturada da situação patrimonial da empresa em dado período:

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados. (CFC, 2017, p. 5-6).

A cerca disso, Reis (2009, p. 21) sintetiza que as demonstrações contábeis “consistem num conjunto de demonstrativos, previstos por lei ou consagrados pela prática, normalmente elaborados ao final do exercício social”.

Nesse sentido, Araújo (2009) destaca que no Brasil o conjunto de demonstrações contábeis aceitas pela legislação societária compreende ao Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, opcionalmente substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e, se a companhia for aberta, Demonstração do Valor Adicionado, devendo ser elaboradas no final de cada exercício social.

As demonstrações contábeis usualmente mais conhecidas são o Balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício. Araújo (2009, p. 49) ressalta explicando a respeito do Balanço: “é a demonstração contábil que apresenta, de forma qualitativa e quantitativa, a composição dos bens, direitos, obrigações e a situação líquida da empresa em um determinado momento”, já a demonstração do resultado do exercício, conforme o autor: “é a apresentação de forma objetiva das receitas e das despesas da empresa durante determinado período de tempo.”

Dessa forma, Reis (2009) complementa que o objetivo dos demonstrativos é basicamente fornecer informações para tornar possível a correta gestão da entidade e a eficiente tomada de decisão.

2.2.3 Análise Financeira das demonstrações contábeis

A técnica de análise das demonstrações financeiras, surgiu nos primórdios da contabilidade, Marion (2019, p.6) destaca que desde então, realiza-se “A análise da variação da riqueza realizada entre a comparação de dois inventários em momentos distintos”, entretanto, essa técnica solidificou-se somente após o surgimento dos banqueiros americanos, onde existia um movimento de solicitação de demonstrações contábeis para que as empresas contraíssem empréstimos.

Diante do que foi dito, a análise das demonstrações contábeis surgiu para que fosse possível a avaliação da saúde financeira das empresas por intermédio das informações extraídas, com o objetivo de contribuir para a tomada de decisões, seja por usuários externos no caso dos banqueiros da época, e atualmente, os fornecedores, grandes bancos e investidores ou internos, como os gestores, diretores, sócios, etc., conforme Martins (2020) explana.

As demonstrações mais usualmente utilizadas por analistas, é o Balanço Patrimonial e a Demonstração do resultado do exercício, segundo Marion (2019), espera-se por meio delas evidenciar a situação financeira e econômica da empresa, através da estática patrimonial e da dinâmica das contas, por meio de indicadores econômicos aplicados as informações contábeis, pelo qual, busca-se interpretar a saúde financeira, a robustez da gestão e uma série de dados que podem vir a ser coletados e interpretados.

2.2.4 Auditoria

Uma das técnicas contábeis que busca testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial que permite ao auditor expressar sua opinião mediante aos dados. A auditoria pode ser compreendida como um combo de procedimentos técnicos com o intuito de elucidar uma opinião sobre a exatidão dos registros e das demonstrações resultantes. (CFC, 2016).

Nesse sentido, Crepaldi (2019, p.7) corrobora que a auditoria em linhas gerais, pode ser entendida como “o processo pelo qual o auditor se certifica da veracidade das demonstrações financeiras preparadas pela companhia auditada.” Por meio dela se faz a verificação dos dados com caracteres controladores que correlacionam a

veracidade dos registros, controle patrimonial e as demonstrações resultantes. De acordo com o que Crepaldi (2019, p. 4) alude:

Pode-se definir auditoria como o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade. Por ser uma atividade crítica, em sua essência, traduz-se na emissão de uma opinião sobre as atividades verificadas.

A profissão do contador foi estruturada e desenvolvida para que a auditoria auxilie os usuários da informação contábil a terem uma opinião individualista e direta que contribui-se com credibilidade e confiabilidade ao parecer da gerência com o auxílio das demonstrações contábeis evidenciando a situação econômica e financeira da entidade, ressalta Crepaldi (2019).

Infere-se com as colocações de Pereira (2016) que a auditoria contábil fornece suporte e preserva o direito de terceiros, certifica as informações presentes nas demonstrações contábeis para mitigar a falta de eficiência e eficácia nas operações evitando condutas ilícitas.

2.3 CONTABILIDADE GERENCIAL

O fornecimento de instrumentos capazes de subsidiar as decisões da administração e auxiliar na execução de funções gerenciais, tem-se por cerne da contabilidade gerencial. É grande ferramenta de planejamento estratégico nas entidades por intermédio de seu sistema de informações que compõem demonstrativos a respeito da saúde financeira, patrimonial e operacionalidade, conforme Crepaldi (2017, p.7) define:

Contabilidade gerencial é o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais. É voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, por meio de um adequado controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial. Corresponde ao somatório das informações demandadas pela administração da empresa com o objetivo de subsidiar o processo decisório, mas sem desconsiderar os procedimentos utilizados pela contabilidade societária.

Coadunando com o exposto, Iudícibus (2020) explica que a contabilidade gerencial possui finalidade única e exclusiva de atender internamente a administração da entidade fornecendo informações úteis para a tomada de decisão assertiva, trata-

se de ramificação distinta da contabilidade financeira, por exemplo, canalizada à usuários externos.

Padoveze e Bertolucci (2013) pondera que a contabilidade gerencial traz como foco os usuários internos da administração que carece de dados contábeis para o desenvolvimento do planejamento e controle do negócio e também a tomada de decisões.

2.3.1 Controle gerencial

O controle gerencial consiste em um conglomerado de atividades desenvolvidas que visam o cumprimento dos planos gerenciais. Conforme definição de Anthony e Govindarajan (2008, p.17):

O controle gerencial é o processo pelo qual os gerentes influenciam outros membros da organização para implementarem as estratégias da organização. O controle gerencial é uma das três funções de planejamento e controle que estão presentes em quase toda organização. As outras duas funções são a formulação de estratégia, o processo em grande parte não-sistemático de identificação de ameaças e oportunidades e de decisão sobre novas estratégias em resposta; e o controle de tarefas, ou seja, o processo que assegura que as tarefas especificadas sejam realizadas de forma eficiente e eficaz.

Dessa forma, compreende-se que o controle gerencial abrange a estratégia e o planejamento, juntos, precisam ser capazes de influenciar os outros membros da organização a aderir às estratégias, por vezes, esse processo pode ser voltado à identificação de ameaças e oportunidades.

Por meio do controle gerencial, os gestores de vários níveis do organograma garantem que as estratégias propostas por seus supervisionados sejam implementadas, envolve-se planejamento e controle. Dentro desse controle encontra-se subsistemas que são divididos em várias etapas a fim de direcionar a organização no cumprimento de seus objetivos estratégicos, o foco do controle gerencial está ligado diretamente com a execução de uma estratégia.

O controle gerencial utiliza de uma série de artefatos, dentre eles, o gerenciamento de risco. Conforme Fraport e Santos (2018, p. 17) pode ser entendido como gerenciamento de risco, o procedimento de identificação, avaliação, administração e controle de possíveis eventos que possam a vir afetar negativamente

o objeto da organização, os autores destacam ainda: “Pode-se dizer que o gerenciamento de riscos anda junto ao planejamento estratégico das organizações”.

Nesse sentido, corrobora-se que o gerenciamento de risco é um artefato importante no controle gerencial, ferramenta que leva ao gerenciamento sistêmico dos riscos e enfrentamento de incertezas que possam impedir o cumprimento do plano estratégico.

2.4 CRÉDITO

Em sentido mais amplo da palavra, crédito é uma percepção de confiabilidade, relacionada a operações de bens e serviços. Segundo Silva (2018) podemos definir também, que consiste na entrega de um valor presente mediante uma promessa de pagamento.

Rizzardo (2020, p.3) complementa o conceito de crédito, corroborando com Silva:

O crédito, pois, é o resultado de dois elementos: o subjetivo e o objetivo. O primeiro está na confiança, na segurança que a pessoa sente em face de uma prestação a ser cumprida – confia em receber o bem ou o valor. O segundo é o próprio bem da vida ou a riqueza que está inserida na obrigação. Tais os elementos que elevam a probabilidade de cumprimento

O crédito, portanto, conforme exposto é a capacidade de obter dinheiro, mercadoria ou serviços por meio de um dever de cumprimento de um prazo futuro. Em um cenário mais específico, temos o crédito voltado ao comércio, Silva (2018, p. 47) tipifica sobre a relação comercial do crédito:

No comércio, de modo geral, o crédito assume o papel de facilitador da venda. Possibilita ao cliente adquirir o bem para atender a sua necessidade, ao mesmo tempo em que incrementa as vendas do comerciante. Em algumas atividades comerciais, o ganho no financiamento das mercadorias chega a ser maior que a própria margem praticada em sua atividade principal.

Com isto, compreende-se que o crédito assume papel importante para a alavancagem financeira das empresas, de acordo com o entendimento de Tomazette (2023), sendo um viés facilitador para o consumidor adquirir bens, serviços e recursos econômicos. Por meio dele, é possível que as empresas auferam matérias primas e fomentos para sua atividade, já que o crédito permite a imediata mobilização da riqueza.

2.5 RISCOS

Frequentemente, o risco é vinculado ao perigo. De acordo com Rodrigues (2012) o risco pode ser compreendido como a eventualidade de prováveis perdas que venham afetar as atividades organizacionais. Fraporti e Santos (2018, p. 12) complementa dizendo:

A probabilidade de ocorrência e de impacto que o risco exerce sobre os objetivos organizacionais é o que o define, portanto quanto maior for a probabilidade e o impacto, maior será o nível deste risco para a organização. Enquanto a probabilidade está associada às chances de o evento acontecer, o impacto está associado ao efeito que o evento ocorrido exerce sobre os objetivos, ou seja, a materialização do risco.

O risco está atrelado a possível ocorrência de impactos que afetem os objetivos organizacionais. De acordo com Fraporti e Santos (2018) se a probabilidade e o impacto forem grandes, para a organização, o nível deste risco também será.

2.5.1 Riscos de crédito

Conforme entendimento de Fraporti e Santos (2018), risco é a probabilidade de ocorrência de um evento incerto que pode exercer impactos na realização dos objetivos da empresa. No âmbito do crédito, podemos associar isso à não efetivação da promessa de pagamento, de acordo com o conceito de Silva (2018, p. 56) “o risco de crédito é a probabilidade de que o recebimento não ocorra”. Padoveze e Bertolucci (2013, p. 308) discorre na mesma perspectiva, destacando as prováveis causas pelos quais o cumprimento da obrigação não ocorre:

A possibilidade de inadimplência decorre de diversos motivos, tais como erros de estratégia, má administração, excesso de imobilizações inadequadas, eventos ambientais não previstos e sem condições de enfrentabilidade, perda de controle interno, fraudes, falha na condução dos recursos físicos e humanos etc.

Nesse contexto, as empresas estão expostas a fatores de riscos externos e internos que podem ocasionar a perda da capacidade de pagamento, do outro lado está a concessora do crédito, a qual aufere o risco do não recebimento, definido como risco do crédito.

A Mensuração do risco de crédito implica em análise de fatores diversificados, como o risco intrínseco e o risco da operação. Segundo Silva (2018) o risco Intrínseco está associado a mensuração da capacidade de pagamento do tomador e decorre de suas características. A técnica mais usualmente utilizada para a análise desse risco é os chamados Cs do crédito, que definem -se por “caráter, capacidade, condições, capital e conglomerado, contêm as variáveis relacionadas ao risco do cliente (risco intrínseco)”. (SILVA, 2018, p. 58).

Nesse sentido, abrange-se todas as características fundamentais para estudo da possibilidade de cumprimento da obrigação por intermédio dos Cs do crédito. No que se refere ao risco da operação, como o próprio nome diz, a mensuração do risco está relacionada às características da própria operação, que de acordo com o entendimento de Silva (2018, p. 59) refere-se ao “(i) o produto; (ii) o montante; (iii) o prazo; (iv) a forma de pagamento; (v) as garantias; e (vi) o preço.”

Compreende-se com isto, que os componentes de uma operação podem não favorecer o cumprimento do pagamento, como um prazo inadequado, à medida que o espaço de tempo aumenta, a economia e o mercado estão suscetíveis a mudanças que podem vir a impactar o inadimplemento de dívidas por parte do tomador.

2.6 MITIGAÇÃO DE RISCO POR INTERMÉDIO DO MONITORAMENTO DO CRÉDITO

A mitigação de risco compreende a técnicas planejadas de respostas aos riscos, seja para diminuir a probabilidade de ocorrência do evento ou para minimizar seu impacto caso venha ocorrer, de acordo com o que Institute (2014, p. 128) elucida em sua obra:

Mitigação de riscos é uma estratégia de resposta ao risco em que a equipe do projeto age para reduzir a probabilidade de ocorrência, ou impacto do risco. Ela implica na redução da probabilidade e/ou do impacto de um evento de risco adverso para dentro de limites aceitáveis. Adotar uma ação antecipada para reduzir a probabilidade e/ou o impacto de um risco ocorrer no projeto em geral é mais eficaz do que tentar reparar o dano depois de o risco ter ocorrido.

Do que fora exposto, entende-se que, conhecer o risco possibilita implantar ações antecipadas, para que o evento seja contido dentro dos parâmetros aceitáveis definidos pela organização. A mitigação de risco atua em decorrência de um processo de monitoramento do crédito. De acordo com Silva (2018), o monitoramento do crédito

consiste em a partir da classificação de risco ser definido uma periodicidade de revisão do cliente, afim de que se possa aplicar os aspectos de contenção do risco. O autor salienta fatores a serem considerados em sua aplicação:

Desse modo, a qualquer momento, um sinal de alarme (red flag) poderá disparar uma revisão de crédito para um cliente ou para um grupo de clientes. Os trabalhos de acompanhamento e revisão de crédito devem observar inclusive a melhoria na situação do cliente. Informações sobre a ampliação das atividades do cliente podem resultar novos e lucrativos negócios para o banco. (SILVA, 2018, p.409)

Dessa maneira, a mitigação de risco por intermédio do monitoramento do crédito, deve considerar a redução dos riscos de clientes virem a se tornar inadimplência em sua carteira por meio da identificação de sinais de alertas, bem como maximizar as oportunidades quando identificado o crescimento econômico e potencialidade de novos negócios.

3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa científica é compreendida como o emprego dos métodos, procedimentos e técnicas, que de forma ordenada direciona o raciocínio do pesquisador para alcançar o objetivo preestabelecido. Pereira (2016, p.43) discorre:

A metodologia é o emprego do conjunto dos métodos, procedimentos e técnicas que cada ciência em particular põe em ação para alcançar os seus objetivos. A colaboração entre demonstração lógica e experimentação, a interação entre ciência pura e tecnologia, é uma característica do espírito científico contemporâneo.

Ante o exposto, apresenta-se os critérios que nortearão a pesquisa científica.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A classificação de uma pesquisa permite identificar as semelhanças e diferenças das variadas formas de pesquisas além de ditar racionalidade aos processos e procedimentos de sua realização, Gil (2022, p.40) explica que com a classificação “o pesquisador passa a dispor de mais elementos para decidir acerca de sua aplicabilidade na solução dos problemas propostos para investigação.”

Nesse sentido, o autor tipifica ainda, a necessidade de definir os sistemas de classificação de acordo com a área de conhecimento e sua finalidade. No âmbito da área de conhecimento, tem-se a contabilidade como ciência social aplicada, conforme classificação elaborada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Abrange como ramificação da área, a contabilidade gerencial, a qual deriva-se a proposta desta pesquisa no que concerne aos procedimentos de controle de crédito na carteira de clientes da distribuidora de insumos agropecuários do município de Ji-Paraná-RO.

A finalidade da pesquisa será disposta como aplicada. Conforme entendimento de Gil (2022, p. 41), esse método “abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem”, complementa ainda discorrendo que são “Pesquisas voltadas à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica”. Dessa forma, diante da problemática da pesquisa, busca-se fundamentos práticos para evidenciar a suficiência do processo de acompanhamento da carteira de clientes no pós crédito, como ferramenta de mitigação de riscos.

3.1.1 Quanto ao Problema:

A classificação da pesquisa quanto ao problema dar-se-á de forma qualitativa, a vista de adotar técnicas interpretativas para analisar e compreender os eventos de natureza subjetiva, conforme define Sordi (2013) e quantitativa, a qual utilizar-se-á recursos numéricos e estatísticos, em conformidade com o que Pereira (2016, p.88) aponta:

[...] Sob este enfoque tudo pode ser mensurado numericamente, ou seja, pode ser traduzido em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc.)

Desse modo, a avaliação dos reflexos nos indicadores de inadimplência da distribuidora, por meio da aplicação do monitoramento de crédito como ferramenta de mitigação de risco, será de caráter qualitativo e quantitativo, a vista da apresentação de percentuais e interpretação da melhora da saúde da carteira.

3.1.2 Quanto aos Objetivos:

No tocante aos objetivos, classifica-se a pesquisa como exploratória. De acordo com Gil (2022, p. 42) “as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Desse modo, objetiva-se avaliar os reflexos nos indicadores de inadimplência da distribuidora, por meio da aplicação do monitoramento do crédito, como ferramenta de mitigação de riscos e controle interno dos limites de crédito.

3.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

A pesquisa será desenvolvida pelo método bibliográfico, cuja abordagem Gil (2022, p.44) elucida ser por meio de material já publicado, “Tradicionalmente, essa modalidade de pesquisa inclui ampla variedade de material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos.” Nesse contexto, a pesquisa recorrerá a material bibliográfico para fundamentação da coleta de dados, pelo qual propõe-se obter informações por intermédio da aplicação do monitoramento do crédito na carteira de clientes.

3.3 COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS

A coleta de dados de uma pesquisa trata-se da especificação das técnicas que poderão ser utilizadas para coletar os dados necessários, de acordo com os objetivos da pesquisa, conforme Pereira (2016, p.92) explica: “A coleta de dados estará relacionada com o problema, a hipótese ou os pressupostos da pesquisa e tem por fim obter elementos para que os objetivos propostos na pesquisa possam ser alcançados.”

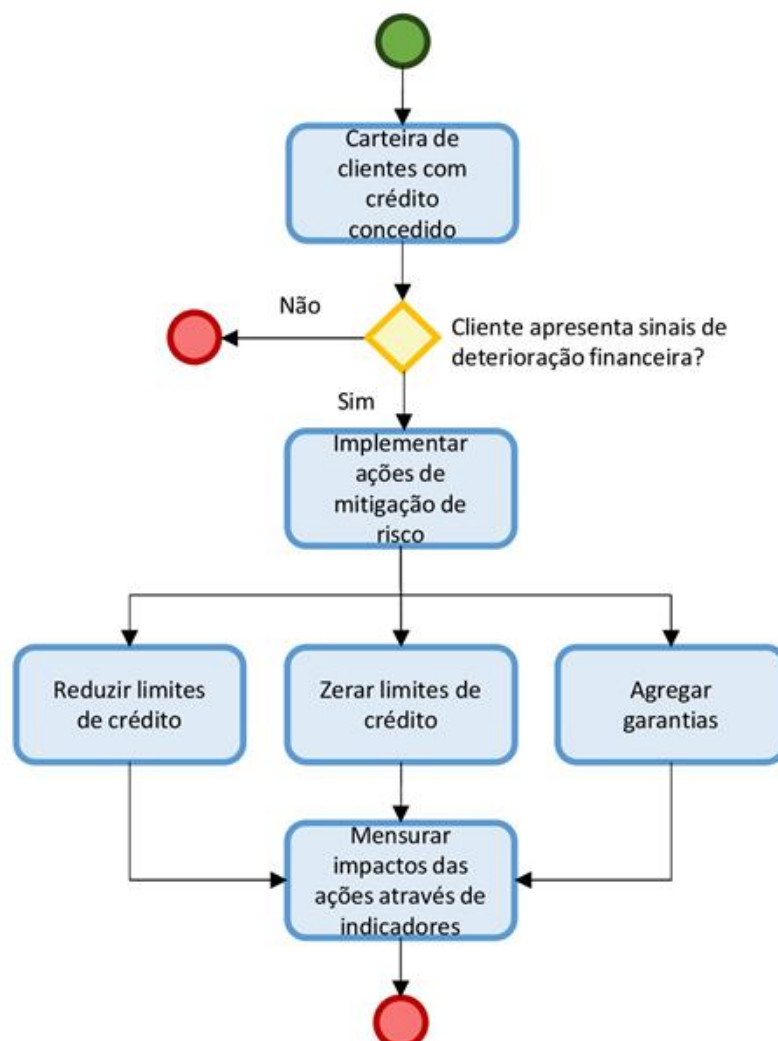
A vista disso, para que a pesquisa tenha a profundidade necessária ao estudo dos fatos, utilizará de fontes documentais apresentadas pela empresa, para que se tenha acesso a uma série de informações, de acordo com Gil (2022, p.124) na consulta de documentos, “torna-se possível obter informações referentes à sua estrutura e organização, à descrição dos cargos e funções, aos critérios adotados no recrutamento e seleção de pessoal etc.”

Nesse sentido, define-se a estrutura clássica para apresentação da redação do relatório, Segundo Gil (2022) essa estrutura inicia-se com a introdução, em seguida a revisão bibliográfica, metodologia, discussão dos resultados e finalizada pela conclusão. Portanto, definisse-a em vista de seguir a estrutura do regulamento interno da instituição acadêmica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para alcance dos resultados da pesquisa, conforme problematização e objetivos propostos, elaborou-se o esquema do plano de monitoramento do crédito na distribuidora. Por meio do qual tem-se a avaliação do comportamento de compras e pagamentos como fundamento para análise dos sinais de deterioração da saúde financeira dos clientes, nos termos que se apresenta;

Figura 1 - Esquema do plano de monitoramento do crédito



Fonte: Elaborado pelas autoras da pesquisa.

Tem-se no esquema figura 1, com base no objeto do monitoramento, pelo qual adotou-se como critério para delimitar a abrangência da pesquisa, clientes com crédito concedido e movimentações financeiras dentro dos últimos 180 dias. A carteira de clientes da entidade é composta por um total de 1983 clientes, delimitou-se a amostra estudada a todos os clientes da carteira de crédito ativa da entidade, esse total representa 224 clientes.

A identificação dos sinais de deterioração da saúde financeira dos clientes, é mensurado mediante a classificação dos riscos de crédito. Essa classificação de risco, obtém-se por intermédio da probabilidade de *default* (incumprimento das obrigações financeiras) que é determinada pelas variáveis de controle.

Compreende as variáveis de controle, a faixa de faturamento, os atrasos registrados e as restrições em órgãos de proteção ao crédito. A faixa de faturamento representa o poder de compras dos clientes, os atrasos registrados demonstram o comportamento financeiro do indivíduo e, as restrições em órgãos de proteção ao crédito concernem a avaliação da idoneidade.

Para o alcance da classificação do risco de crédito os 224 clientes da carteira ativa da entidade foram segregados em risco mínimo, risco baixo, risco moderado, risco alto e risco altíssimo, de acordo com o que se apresenta na tabela 1;

Tabela 1 - Segregação dos riscos de acordo com as variáveis.

Classificação de risco	Faixa de faturamento	Atrasos	Restrições
 Risco mínimo	Acima de R\$300.000,00	0-45 dias	Sem restrições
 Risco Baixo	Acima de R\$100.000,00 R\$50.000,00 – R\$99.999,99 R\$1,00 – R\$49.999,99	0-35 0-30 0-25 dias	Sem restrições
 Risco Moderado	Acima de R\$100.000,00 R\$50.000,00 – R\$99.999,99 R\$1,00 – R\$49.999,99	Acima de 36 Acima de 31 Acima de 26 dias.	Sem restrições
 Risco Alto	Qualquer	0-10 dias	Restrições leves
 Risco Altíssimo	Qualquer	Acima de 11 dias Inadimplentes acima de 15 dias	Restrições moderadas ou graves

Fonte: elaborado pelas autoras da pesquisa.

Conforme tabela 1, no risco mínimo são classificados clientes com faixa de faturamento acima de R\$300.000,00 com atrasos *over* (acima de) 0-45 dias registrado ao longo da via útil do cliente na carteira, sem que possua quaisquer ocorrências externas que possam impactar a idoneidade.

O risco baixo considera a faixa de faturamento acima de R\$100.000,00 com atrasos *over* 0-35 dias, sem restrições nos órgãos de proteção ao crédito, bem como valores no intervalo de R\$50.000,00 a R\$99.999,99 com atrasos *over* 0-30 dias, e de R\$1,00 a R\$49.999,99 com atrasos *over* 0-25 dias.

No risco moderado são agrupados faixas com valores acima de R\$100.000,00, com atrasos *over* 36, o intervalo de R\$50.000,00 a R\$99.999,99 com atrasos *over* 31 dias, e por fim, a faixa de R\$1,00 a 49.999,99 com atrasos acima de 26 dias.

O risco alto é estabelecido sem a variável da faixa de faturamento, nele são agrupados clientes cujo CNPJ apresentou restrições leves nos órgãos de proteção ao crédito e atrasos *over* 0-10 dias. Nesse mesmo sentido, o risco altíssimo é agrupado clientes com restrições moderadas a graves, com atrasos superiores a 11 dias, bem como os que possuem a idoneidade comprometida por apresentar inadimplência no momento da classificação. Isto posto, a tabela 2 concentra o agrupamento dos 224 clientes ativos:

Tabela 2 - Classificação de risco do crédito da carteira de clientes.

Classe de risco	Quantidade de clientes	Médias de atraso do total agrupado	Quantidade em %
Risco mínimo	15	2,6	6,70%
Risco baixo	134	5,58	59,82%
Risco moderado	55	106,16	24,55%
Risco alto	6	5,33	2,68%
Risco altíssimo	14	222,34	6,25%
Total	224	342,01	100,00%

Fonte: elaborado pelas autoras da pesquisa.

Desse modo, é possível observar que um percentual significativo da carteira de clientes classifica-se em riscos moderados à altíssimo, considerado o volume de recursos financeiros envolvidos em face ao alcance dos objetivos da entidade. Como medida de resposta as ameaças identificadas, tem-se o procedimento de mitigação de risco.

A mitigação de risco consiste em intervenções que visam diminuir a probabilidade de ocorrência do evento nocivo ou minimizar seu impacto caso venha ocorrer. Para que isso ocorra, foi adicionada mais uma variável ao plano de monitoramento, que tem o objetivo de evidenciar os conceitos da carteira de clientes que doravante passa a constar em acordo com a classe de risco ao qual foi segregado. Os conceitos utilizados são: clientes ótimos, bons, regulares, ruins, críticos e péssimos. Conforme segue;

Tabela 3 - Classificação do conceito dos clientes

Classe de risco	Conceito
Risco mínimo	Ótimo
Risco baixo	Bom
Risco moderado	Regular - Ruim
Risco alto	Crítico
Risco altíssimo	Péssimo

Fonte: elaborado pelas autoras da pesquisa.

A atribuição do conceito de clientes Ótimos para a classe de risco mínimo deu-se pela probabilidade muito baixa que esses clientes apresentam de tornar-se inadimplentes. Essa probabilidade é definida de acordo com as variáveis de controle utilizadas na classificação de risco e as médias de atrasos deste agrupamento, que são de 2,6 dias, de acordo com a Tabela 2.

No risco baixo, o conceito aplicado é Bom, nele a probabilidade de inadimplência é baixa, porém, superior ao risco mínimo, ao qual registra comportamento de pagamento com médias de atrasos mais altas, 5,33 dias.

Na classe de risco moderado, há possibilidade de aplicação de dois conceitos; o regular e o ruim. Afim de mensurarmos com clareza a atribuição dos conceitos, o grupo de risco moderado será subdividido de acordo com o atraso médio que cada clientes registrou ao longo de sua vida útil na carteira de crédito da distribuidora. A média de atraso individual é calculada pela fórmula em que considera a média de atraso individual igual ao somatório dos dias totais de atraso dividido pelo total de faturas que já registraram atrasos.

Nesse sentido, os clientes que apresentam atrasos médios individuais abaixo de 5 dias, são classificados com um conceito regular e, acima de 6 dias são

classificados como ruim. Os resultados obtidos mediante aplicação da fórmula nas informações financeiras dos clientes são apresentados na tabela 4.

Tabela 4 - Classificação do conceito da classe risco moderado

Classe de risco	Conceito	Quantidade clientes	Média das médias
Risco moderado	Regular	32	3
	Ruim	25	13

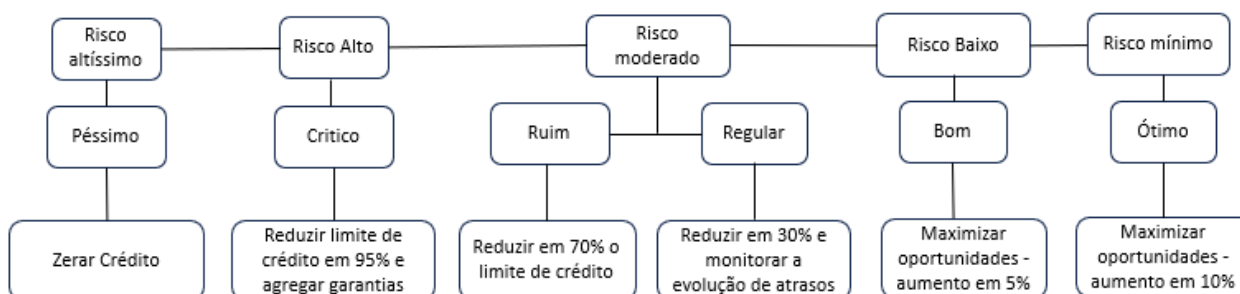
Fonte: elaborado pelas autoras da pesquisa.

A classe de risco alto recebe a atribuição do conceito crítico, interpretado pela ocorrência de restrições leves nos órgãos de proteção ao crédito, apesar de não apresentarem atrasos preocupantes para a empresa, a probabilidade de tornar-se inadimplentes é alta, já que possuem compromissos vencidos no mercado com outras entidades.

Nesse contexto, no risco altíssimo é atribuído o conceito de péssimo, ao qual tem-se uma probabilidade muito alta de inadimplência. É caracterizado pelas variáveis de controle de restrições moderadas ou graves nos órgãos de proteção ao crédito, conforme a política de crédito e, histórico comprometido com a entidade.

As ações estabelecidas no plano de mitigação para cada classe de risco e conceito de clientes deu-se em cumprimento dos propósitos da pesquisa de reduzir os impactos na inadimplência da entidade através do tratamento dos riscos prejudiciais e maximizar as oportunidades por meio dos riscos aceitáveis. Isto posto, definiu-se as ações por ordem inversa do maior risco ao menor, conforme figura 2;

Figura 2 – Esquema de ações definidas por classe e conceito



Fonte: elaborado pelas autoras da pesquisa.

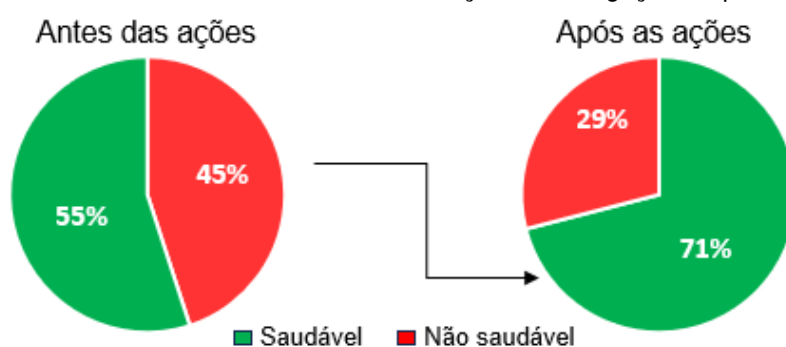
Por conseguinte, realizou-se a aplicação das ações aos 224 clientes da carteira de pós crédito da distribuidora. A ação de zerar o crédito aplicou-se a 14 clientes com

conceito péssimo classificados em risco altíssimo. A redução dos limites em 95% aplicou-se a 6 clientes com conceito crítico alocados no risco alto.

O monitoramento da evolução dos atrasos quinzenalmente e redução em 30% do valor dos limites, aplicou-se a 32 clientes com conceito regular e a redução de 70% do limite de crédito aplicou-se a 25 clientes com conceito ruim no risco moderado. A maximização de oportunidades com aumento do crédito em 5% e 10% aplicou-se consecutivamente em 134 clientes com conceito bom do risco baixo e 15 clientes com conceito ótimo classificados no risco mínimo.

Mediante a aplicação das ações é possível realizar a mensuração da melhoria da saúde financeira da carteira de clientes da distribuidora com base na redução da exposição a riscos prejudiciais, conforme gráficos que se apresenta;

Figura 3 – Gráfico de resultados antes das ações de mitigação e após as ações.



Fonte: elaborado pelas autoras da pesquisa.

Inicialmente a carteira de crédito dos 224 clientes detinha um total de R\$12.819.682,99 concedidos, entretanto, desse total 45% encontravam-se atribuídos a cadastros classificados em riscos preocupantes. Nesse sentido, é possível compreender que a carteira de clientes apresentava uma saúde financeira de seus créditos de 55%. Após a aplicação das ações de mitigação, obteve-se um percentual de 71% de créditos saudáveis e 29% de créditos não saudáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A propositura desta pesquisa teve como cerne a contribuição na identificação antecipada de sinais que alertam sobre a perda da capacidade financeira dos clientes pertencentes a carteira de pós crédito da distribuidora. Por intermédio dos objetivos específicos, definiu-se o plano de monitoramento que considera os critérios de

mitigação para delimitação da tolerância ao risco, ao qual estabeleceu-se a segregação que a carteira de clientes foi submetida.

Por conseguinte, aplicou-se a ferramenta de monitoramento com base nos critérios definidos. Essa ferramenta consistiu em uma tabela dinâmica programada para classificar automaticamente todos os clientes, nas classes de riscos ao qual suas informações adequavam-se.

Com a carteira de clientes totalmente segregada em classes de risco, cumpre-se o próximo objetivo de analisar os limites de crédito e imputar ações de mitigação. Dessa maneira, obteve-se o resultado apresentado de uma redução aos riscos prejudiciais à saúde da carteira em 16% e uma maximização das oportunidades neste mesmo percentual, cujo equilíbrio assegura que não transcorra impactos negativos na possibilidade de gerar receitas da entidade.

Em cumprimento ao objetivo geral desta pesquisa, estima-se conforme projeção, que os reflexos nos indicadores de inadimplência, por consequência do processo desenvolvido, serão positivos, ao considerar que se atingiu a eliminação total de 6,25% de risco altíssimo presente na carteira. Entretanto, é importante ressaltar que os reflexos legítimos são a longo prazo, com a periodicidade de aplicação desse monitoramento.

À vista dos resultados alcançados, pode-se concluir que a problemática da pesquisa foi respondida e a hipótese foi confirmada, o acompanhamento da carteira é ferramenta suficiente e necessária para identificar antecipadamente os sinais que alertam sobre a possibilidade de inadimplência, reclassificação do crédito e, por conseguinte, a mitigação dos riscos.

Importa destacar ainda, que todas as etapas ao qual esse processo compreendeu, apresentou informações para que a gestão da entidade pudesse tomar as decisões acerca das ações a serem implementadas. Essa abordagem decorre a luz da teoria referenciada no que tange a contabilidade gerencial como instrumento para o subsidio de decisões da administração da entidade.

6 REFERÊNCIAS

ANTHONY, Robert N.; GOVINDARAJAN, Vijay. **Sistemas de Controle Gerencial**. São Paulo: Grupo A, 2008. E-book. ISBN 9788563308856. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788563308856/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão S. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. E-book. ISBN 9788502116108. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502116108/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. NBC TA 200 (R1), de 05 de setembro de 2016. Dispõe sobre os objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com as normas de auditoria. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200\(R1\)](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTA200(R1)). Acesso em: 5 mai. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Interpretação técnica ITG 2000 (R1), de 12 de dezembro de 2014. Dispõe sobre Escrituração Contábil. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2000\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2000(R1).pdf). Acesso em: 24 mai. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. NBC TG Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019. Dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório. Disponível em: https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCTGEC&arquivo=NBCTGEC.doc. Acesso em: 25 abr. 2023

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TG 26(R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Postado em: 22/12/2017. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26\(R5\)&arquivo=NBCTG26\(R5\).doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG26(R5)&arquivo=NBCTG26(R5).doc) . Acesso em: 05 abr. 2023.

CREPALDI, Silvio A. **Auditoria Contábil - Teoria e Prática**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597022780. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022780/>. Acesso em: 05 abr. 2023.

CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. **Contabilidade Gerencial - Teoria e Prática**, 8ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597011654. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011654/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

FLORES, Eduardo; BRAUNBECK, Guillermo; CARVALHO, Nelson. **Teoria da Contabilidade Financeira - Fundamentos e Aplicações**. São Paulo: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597014525. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597014525/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

FRAPORTI, Simone; SANTOS, Jeanine B. **Gerenciamento de riscos**. São Paulo: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595023352. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023352/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

HENRIQUE, Manoel de A. **Livros contábil a escrituração contábil no atual cenário tributário, 1ª edição**. São Paulo: Editora Trevisan, 2016. E-book. ISBN 9788599519929. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519929/>. Acesso em: 08 jun. 2023.

INSTITUTE, Project M. **Um guia de conhecimento em gerenciamento de projetos (guia PMBOK®)**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788502223745. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502223745/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial - Da Teoria à Prática**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597024197. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024197/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

JR., José Hernández P.; BEGALLI, Glaucos A. **Elaboração e Análise das Demonstrações Financeiras, 5ª edição**. São Paulo: Editora Atlas, 2015. E-book. ISBN 9788597000740. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000740/>. Acesso em: 07 jun. 2023.

MARION, José C. **Análise das Demonstrações Contábeis**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597021264. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021264/>. Acesso em: 08 jun. 2023.

MARION, José C. **Contabilidade Básica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559773220. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773220/>. Acesso em: 02 mai. 2023.

MARTINS, Eliseu. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597025439. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025439/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

PADOVEZE, Clóvis L.; BERTOLUCCI, Ricardo G. **Gerenciamento do risco corporativo em controladoria: Enterprise Risk Management (ERM), 2ª edição**. São Paulo: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 9788522482962. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522482962/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

PEREIRA, José M. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597008821. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

PEREIRA, Vaniza. **Fundamentos de auditoria contábil**. Porto Alegre: Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788569726784. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788569726784/>. Acesso em: 08 jun. 2023.

REIS, Arnaldo Carlos de R. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. E-book. ISBN 9788502109575. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502109575/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade geral fácil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502202023. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502202023/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

RIZZARDO, Arnaldo. **Títulos de Crédito**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. *E-book*. ISBN 9788530988906. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988906/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

RODRIGUES, José A. **Gestão de Risco Atuarial**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502088986. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502088986/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e Análise de Risco de Crédito – 9ª edição revista e atualizada**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2018. E-book. ISBN 9788522126750. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126750/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

SORDI, José Osvaldo de. **Elaboração de pesquisa científica, 1ª edição**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502210332. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502210332/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial: Títulos De Crédito. v.2**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. *E-book*. ISBN 9786553624757. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624757/>. Acesso em: 26 mar. 2023.